

A distância entre a norma e a prática: desafios na efetivação dos direitos educacionais de crianças e adolescentes com TEA e TDAH.

The distance between the norm and practice: challenges in realizing the educational rights of children and adolescents with ASD and ADHD.

Emily Natércia Freitas Oliveira¹
Orientador: João Chaves Boaventura²

RESUMO

O presente estudo justifica-se pela necessidade de analisar criticamente a efetividade dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), considerando que tais direitos, embora amplamente assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro, encontram sérios obstáculos em sua concretização no cotidiano escolar e social. A existência de um arcabouço normativo robusto, composto por instrumentos como a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), revela um cenário paradoxal: quanto mais se amplia a proteção legal, mais evidentes se tornam as dificuldades práticas de sua implementação efetiva. Esse distanciamento entre o direito formal e o direito material manifesta-se em entraves recorrentes, como a exclusão no ambiente escolar, a morosidade na obtenção de diagnósticos, a insuficiência de profissionais capacitados, a limitação no acesso a terapias especializadas e a necessidade frequente de judicialização para garantir direitos básicos já previstos em lei. Soma-se a esse contexto a persistência de desigualdades regionais, barreiras burocráticas e falhas na articulação entre políticas públicas de educação, saúde e assistência social, fatores que comprometem o acesso equitativo aos direitos assegurados. Nesse contexto, a pesquisa não se limita a reafirmar a existência de direitos já consolidados no plano legal, mas propõe uma análise das razões pelas quais tais garantias encontram obstáculos persistentes em sua concretização prática. Ao deslocar o foco da previsão

¹Graduando(a) do Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA/Manaus, AM. E-mail: Emilyfreitas69@rede.ulbra.br

²Professor (João Chaves Boaventura), orientador do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA/Manaus, AM.

normativa para a efetividade real desses direitos no ambiente escolar, o estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada das falhas estruturais que permeiam a implementação das políticas públicas, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das estratégias de inclusão educacional. Diante da crescente incidência de TEA e TDAH e de seus impactos no desenvolvimento infanto-juvenil, torna-se imprescindível investigar não apenas a existência das legislações e políticas públicas, mas sobretudo as razões pelas quais sua aplicação concreta ainda se mostra insuficiente para garantir a plena inclusão educacional desse público.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Transtorno de Déficit de Atenção; Direitos Fundamentais; Políticas Públicas; Inclusão Social.

ABSTRACT

The present study is justified by the need to critically analyze the effectiveness of the fundamental rights of children and adolescents diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) and Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). It considers that these rights, although widely secured by the Brazilian legal system, encounter serious obstacles to their realization in daily school and social life. The existence of a robust regulatory framework, comprising instruments such as Law No. 13,146/2015 (Statute of the Person with Disability) and Law No. 12,764/2012 (Berenice Piana Law), reveals a paradoxical scenario: the more legal protection expands, the more evident the practical difficulties of its effective implementation become. This gap between formal law and material law manifests in recurring hurdles, such as exclusion within the school environment, delays in obtaining diagnoses, an insufficiency of trained professionals, limited access to specialized therapies, and the frequent need for judicialization to guarantee basic rights already provided for by law. Compounding this context is the persistence of regional inequalities, bureaucratic barriers, and flaws in the coordination between public policies for education, health, and social assistance—factors that compromise equitable access to the secured rights. In this context, the research is not limited to reaffirming the existence of rights already consolidated at the legal level, but proposes an analysis of the reasons why such guarantees face persistent obstacles in their practical fulfillment. By shifting the focus from regulatory provision to the actual effectiveness of these rights in the school environment, the study contributes to a deeper understanding of the structural flaws that permeate the implementation of public policies, offering theoretical and practical insights for the improvement of educational inclusion strategies. Given the growing incidence of ASD and ADHD and their impacts on child and adolescent development, it becomes essential to investigate not only the existence of legislation and public policies, but above all the reasons why their concrete application still proves insufficient to guarantee the full educational inclusion of this population.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Attention Deficit Disorder; Fundamental Rights; Public Policies; Social Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a efetivação dos direitos educacionais de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do

Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), partindo de uma constatação que revela uma contradição central no cenário brasileiro: embora exista um conjunto expressivo de normas destinadas à proteção e inclusão desse público, a realidade cotidiana das instituições de ensino demonstra que tais garantias frequentemente não se concretizam de maneira plena. São recorrentes relatos de ausência de profissionais de apoio, demora no diagnóstico, dificuldades na adaptação pedagógica e resistência institucional à inclusão, evidenciando que a distância entre a previsão legal e a prática educacional permanece significativa.

A pesquisa, de caráter qualitativo, adota como enfoque a análise crítica das normas legais, políticas públicas e práticas educacionais implementadas no Brasil, buscando compreender em que medida os direitos dessas crianças e adolescentes são efetivamente assegurados no contexto real das escolas. A proteção integral de crianças e adolescentes constitui um princípio fundamental consagrado no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a prioridade absoluta na garantia de seus direitos. Esse princípio é reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que detalha mecanismos de proteção e políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência. Dentro desse contexto, destaca-se a necessidade de atenção especial a crianças e adolescentes com TEA e TDAH, cujas particularidades cognitivas, comportamentais e sociais exigem políticas públicas inclusivas, intersetoriais e juridicamente eficazes.

Apesar de avanços significativos nas últimas décadas, a efetivação concreta desses direitos ainda enfrenta desafios, devido à insuficiência de políticas estruturadas, à carência de profissionais capacitados e às desigualdades regionais na oferta de serviços educacionais, de saúde e de assistência social.

A relevância jurídica da pesquisa reside no fato de que o ordenamento brasileiro dispõe de marcos normativos destinados à proteção dos direitos de crianças com necessidades especiais. Entre eles, destacam-se a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.977/2020, denominada Lei Romeo Mion, que dispõe sobre a criação de protocolos de acolhimento escolar e medidas de apoio a estudantes com TEA. Além disso, normas internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada pelo Brasil, reforçam a obrigação do Estado em

assegurar a inclusão plena, igualdade de oportunidades e respeito à diversidade neurológica. Sob o ponto de vista social, a pesquisa é relevante porque a implementação inadequada dessas normas contribui para a exclusão escolar, limita o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes afetados e compromete a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa.

A existência desse amplo aparato normativo suscita um questionamento inevitável: se os direitos estão tão claramente previstos na legislação, por quais razões sua efetivação ainda depende, em muitos casos, da iniciativa individual das famílias e da intervenção do Poder Judiciário para que sejam minimamente respeitados?

O problema da pesquisa que orienta o presente estudo foi definido na pergunta de partida elaborada nos seguintes termos: “Quais são os principais desafios na efetivação dos direitos educacionais de crianças e adolescentes com TEA e TDAH no Brasil, considerando a distância entre a norma legal e a prática cotidiana?” Essa pergunta sugere a hipótese de que, apesar da existência de um arcabouço legal robusto, persistem barreiras estruturais, institucionais e sociais que dificultam a plena implementação das políticas públicas. Entre essas barreiras, destacam-se disparidades regionais na disponibilidade de serviços especializados, insuficiente capacitação de profissionais, entraves burocráticos para diagnóstico e tratamento, além de lacunas na adaptação do ambiente escolar às necessidades específicas desses alunos. A pesquisa, portanto, busca confirmar ou refutar essa hipótese, contribuindo para a identificação de soluções práticas que promovam a efetividade dos direitos educacionais desse público.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar criticamente as abordagens jurídicas e práticas relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes com TEA e TDAH, identificando os principais desafios enfrentados e explorando possibilidades de aprimoramento das políticas públicas. Os objetivos específicos foram assim definidos:

1. Examinar a legislação brasileira e internacional pertinente aos direitos de crianças e adolescentes com TEA e TDAH;
2. Avaliar a implementação prática dessas normas em diferentes contextos regionais e institucionais;

3. Identificar lacunas e desafios enfrentados pelas instituições e profissionais na efetivação desses direitos;
4. Comparar experiências internacionais de inclusão educacional que possam servir de referência para aprimorar as práticas e políticas brasileiras.

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa fundamenta-se na análise crítica da literatura especializada, contemplando aspectos jurídicos, sociais e educacionais relacionados à proteção dos direitos de crianças e adolescentes com TEA e TDAH. Destacam-se obras de Maria Helena Monteiro de Barros (*Educação Inclusiva e Direitos das Pessoas com Deficiência*), que discute os desafios da implementação de políticas inclusivas; Tony Attwood (*O Guia Completo do Autismo*), que aborda o desenvolvimento e as necessidades educativas de crianças com TEA; e Russell Barkley (*ADHD in Children and Adults*), que analisa as implicações do TDAH no aprendizado e na socialização. Complementam o referencial trabalhos sobre políticas públicas, inclusão escolar e experiências internacionais exitosas, incluindo programas de educação inclusiva em países como Finlândia, Canadá e Austrália, que podem servir de referência para a adaptação de estratégias ao contexto brasileiro.

Quanto à metodologia, a pesquisa foi conduzida por meio de abordagem qualitativa, com análise documental e bibliográfica de leis, diretrizes educacionais, artigos acadêmicos, relatórios de órgãos governamentais e estudos de caso de instituições escolares que aplicam práticas inclusivas. A análise documental permitiu identificar lacunas na implementação das normas legais, enquanto o estudo de experiências práticas possibilitou compreender os desafios enfrentados por educadores, famílias e gestores.

Essa abordagem metodológica proporciona uma compreensão aprofundada da relação entre teoria normativa e prática educativa, oferecendo subsídios concretos para recomendações de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Por fim, esta introdução apresenta uma prévia de cada seção do trabalho. A seção de revisão de literatura abordará conceitos centrais relacionados ao TEA e TDAH, direitos educacionais, inclusão escolar e políticas públicas, evidenciando a lacuna entre teoria e prática. A seção de resultados e discussão apresentará a análise detalhada da implementação das normas legais nas instituições

educacionais, destacando os principais desafios, desigualdades regionais e limitações estruturais. Por fim, as considerações finais sintetizarão os achados da pesquisa, propondo recomendações concretas para o aprimoramento das políticas públicas, capacitação de profissionais e adaptação das práticas educacionais, promovendo, assim, a inclusão, a equidade e a efetividade dos direitos educacionais de crianças e adolescentes com TEA e TDAH.

2 LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TEA E TDAH

2.1 Legislação do TEA e TDAH

A legislação brasileira tem avançado significativamente na garantia dos direitos das crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essas normas têm como objetivo assegurar o acesso à educação, à saúde, à inclusão social e ao desenvolvimento integral, promovendo igualdade de oportunidades e combatendo qualquer forma de discriminação. A proteção desses direitos é fundamental para que crianças e adolescentes possam desenvolver suas capacidades e participar ativamente da vida escolar, familiar e comunitária.

A Constituição Federal do Brasil estabelece que todos são iguais perante a lei e que a educação, a saúde e a dignidade são direitos fundamentais de todos os cidadãos. Além disso, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e aos adolescentes proteção integral e prioridade absoluta na efetivação de seus direitos. Esses princípios servem como base para a criação de políticas públicas voltadas às pessoas com necessidades específicas, incluindo aquelas com TEA e TDAH. Outra importante legislação é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante proteção integral às crianças e aos adolescentes. O estatuto assegura o direito à educação, à saúde, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além da proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência ou exclusão. Dessa forma, crianças e adolescentes com TEA e TDAH devem receber atendimento adequado às suas necessidades, garantindo seu pleno desenvolvimento.

No caso específico do TEA, destaca-se a Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando acesso à educação inclusiva, atendimento multiprofissional, diagnóstico precoce, terapias especializadas e inclusão social. A legislação também reforça a importância do apoio às famílias e da formação de profissionais capacitados para atender às necessidades das pessoas autistas.

A educação inclusiva é fortalecida ainda pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que garante o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência em escolas regulares. Essa legislação determina que as instituições de ensino promovam adaptações e ofereçam os recursos necessários para garantir uma aprendizagem de qualidade, respeitando as particularidades de cada estudante.

Embora o TDAH não seja automaticamente enquadrado como deficiência em todos os casos, os estudantes com esse transtorno também possuem direitos educacionais e de saúde garantidos pela legislação brasileira. Eles podem necessitar de adaptações pedagógicas, acompanhamento especializado e estratégias de ensino que favoreçam sua concentração, organização e aprendizagem. O reconhecimento dessas necessidades contribui para reduzir dificuldades escolares e promover o sucesso acadêmico.

Portanto, a legislação brasileira desempenha um papel essencial na proteção e na inclusão de crianças e adolescentes com TEA e TDAH. Ao garantir direitos e estabelecer mecanismos de apoio, essas normas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

2.2 Implementação dos Direitos do TEA e TDAH

A implementação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um desafio que envolve a atuação conjunta da família, da escola, dos profissionais de saúde e do poder público. Embora a legislação brasileira assegure diversos direitos a esses indivíduos, a efetivação dessas garantias nem sempre ocorre de maneira igual em todas as regiões do país. Fatores como a disponibilidade de recursos, a

capacitação de profissionais e o acesso aos serviços especializados influenciam diretamente a qualidade do atendimento oferecido às crianças e adolescentes com TEA e TDAH. Na área da educação, a implementação dos direitos está relacionada à promoção da inclusão escolar. As escolas devem criar condições para que os estudantes participem das atividades em igualdade de oportunidades, respeitando suas necessidades individuais. Isso pode incluir adaptações pedagógicas, apoio especializado, uso de recursos didáticos adequados e formação continuada dos professores. Quando essas medidas são aplicadas de forma eficiente, contribuem para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos.

No âmbito da saúde, a efetivação dos direitos envolve o acesso ao diagnóstico precoce, ao acompanhamento multiprofissional e aos tratamentos necessários. O atendimento realizado por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, neurologistas e outros profissionais pode favorecer significativamente o desenvolvimento das crianças e adolescentes. No entanto, em muitas localidades ainda existem dificuldades relacionadas à oferta desses serviços, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Outro aspecto importante é a conscientização da sociedade sobre as características e necessidades das pessoas com TEA e TDAH. O combate ao preconceito e à discriminação é fundamental para garantir a inclusão social e o respeito aos direitos desses indivíduos. Campanhas educativas, ações de sensibilização e programas de formação profissional podem contribuir para a construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos. Dessa forma, a implementação dos direitos do TEA e TDAH vai além da existência de leis. É necessário que as garantias legais sejam transformadas em ações concretas que assegurem acesso à educação de qualidade, atendimento em saúde, inclusão social e oportunidades de desenvolvimento. Somente com o compromisso de toda a sociedade será possível promover a plena participação e o exercício da cidadania por crianças e adolescentes com TEA e TDAH.

3 DESAFIOS E LACUNAS DA GARANTIA DE DIREITOS

3.1 Desafios na Inclusão

A inclusão de crianças e adolescentes com TEA e TDAH ainda enfrenta diversos desafios nas instituições educacionais. Muitas escolas não possuem

estrutura adequada, materiais adaptados ou profissionais especializados para atender às necessidades desses estudantes. Essa realidade pode dificultar o processo de aprendizagem e a participação plena dos alunos no ambiente escolar. Investimentos em recursos e formação profissional são fundamentais para superar essas barreiras e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

3.2 Capacitação Profissional

A formação dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes com TEA e TDAH é um fator essencial para a efetivação dos direitos garantidos por lei. No entanto, muitos educadores e profissionais da saúde relatam dificuldades devido à falta de capacitação específica. A formação continuada permite compreender melhor as características desses transtornos e desenvolver estratégias adequadas para o atendimento, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes.

3.3 Acesso aos Serviços Especializados

O acesso aos serviços especializados é fundamental para garantir o desenvolvimento e a inclusão de crianças e adolescentes com TEA e TDAH. No entanto, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para obter diagnóstico precoce, acompanhamento terapêutico e atendimento multidisciplinar. Em diversas regiões, especialmente nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, a oferta desses serviços é insuficiente, resultando em longas filas de espera e limitações no atendimento. Dessa forma, ampliar o acesso aos serviços especializados é uma medida essencial para assegurar a efetivação dos direitos previstos na legislação e promover melhores oportunidades de desenvolvimento para esses indivíduos.

4 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

4.1 Formação de Professores

Em países como Canadá e Finlândia, a formação continuada dos professores é considerada um dos principais pilares da inclusão escolar. Os educadores recebem capacitação específica para atender estudantes com diferentes necessidades, desenvolvendo estratégias pedagógicas que favorecem a

participação e a aprendizagem de todos os alunos. Essa experiência demonstra a importância do investimento na qualificação profissional para fortalecer a inclusão no ambiente escolar.

4.2 Apoio Especializado nas Escolas

Diversos países adotam modelos de apoio especializado dentro das próprias instituições de ensino, contando com equipes multiprofissionais que auxiliam alunos, professores e famílias. Esses profissionais colaboram na elaboração de adaptações pedagógicas e no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. A presença desse suporte contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e pode servir de referência para o aperfeiçoamento das práticas educacionais no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou uma reflexão sobre os direitos das crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), destacando a importância da legislação brasileira na promoção da inclusão, da igualdade de oportunidades e da proteção integral desse público. A análise da legislação demonstrou que o Brasil possui um conjunto significativo de normas voltadas à garantia dos direitos educacionais, sociais e de saúde, assegurando condições para o desenvolvimento pleno dessas crianças e adolescentes.

Entretanto, verificou-se que a existência de leis, por si só, não garante a efetivação dos direitos. Persistem desafios relacionados à implementação das políticas públicas, à oferta de serviços especializados, à formação dos profissionais e à estrutura das instituições educacionais. Em muitas regiões do país, famílias ainda enfrentam dificuldades para obter diagnóstico precoce, acompanhamento multiprofissional e atendimento educacional adequado às necessidades dos estudantes com TEA e TDAH.

No contexto educacional, a inclusão escolar representa um dos principais instrumentos para a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano. Para que essa inclusão aconteça de forma efetiva, é necessário que as escolas estejam preparadas para acolher a diversidade, oferecendo recursos pedagógicos,

adaptações curriculares e estratégias que favoreçam a aprendizagem e a participação dos estudantes. Conforme afirma Maria Teresa Eglér Mantoan, “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência, mas todos os demais” (MANTOAN, 2015, p. 27). Essa compreensão evidencia que a educação inclusiva beneficia toda a comunidade escolar ao promover o respeito às diferenças e a valorização da diversidade.

As contribuições de Lev Vygotsky também reforçam a importância de um ambiente educacional inclusivo. Segundo o autor, o desenvolvimento da aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada por professores, familiares e colegas. Para Vygotsky (2007, p. 94), “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental”, demonstrando que a escola possui papel fundamental na construção do conhecimento e no desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

Além disso, a análise de experiências internacionais permitiu identificar práticas que podem contribuir para o aperfeiçoamento das políticas brasileiras, especialmente no que se refere à formação continuada dos professores, ao trabalho colaborativo entre profissionais e à ampliação dos serviços de apoio dentro das instituições de ensino. Tais experiências demonstram que a inclusão educacional exige planejamento, investimento e comprometimento por parte dos governos e da sociedade.

Diante disso, conclui-se que a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes com TEA e TDAH depende de ações articuladas entre família, escola, profissionais da educação, profissionais da saúde e poder público. É fundamental fortalecer as políticas de inclusão, ampliar o acesso aos serviços especializados e investir na capacitação dos profissionais para garantir um atendimento de qualidade. Somente por meio dessas ações será possível construir uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a garantia dos direitos humanos, assegurando que todas as crianças e adolescentes tenham oportunidades de desenvolver suas capacidades e exercer plenamente sua cidadania.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Lei Berenice Piana. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.